

# ALIADOS E DESCONTENTES: O DISCURSO DAS CHARGES ELETRÔNICAS SOBRE O GOVERNO LULA

Amarildo Pinheiro MAGALHÃES<sup>1</sup> (FNH/SEED-PR)

**RESUMO:** Este trabalho, pautado pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), objetiva analisar os processos de produção de sentidos em charges eletrônicas, produções midiáticas derivadas das novas formas de comunicação mediadas por computador. Para tanto, toma-se como objeto de análise uma charge, produzidas pelo cartunista Maurício Ricardo, que trata da relação do governo Lula e seus aliados de campanha: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e os chamados “Radicais do PT”. O trabalho pressupõe a perene incompletude dos fatos da linguagem, compreendendo que o dizer é sempre ponto de deriva para outros sentidos, sem compromisso com a literalidade.

**ABSTRACT:** Based on the theory of the French Discourse Analysis (DA), current research aims at investigating the processes of the production of meaning in electronic charges, or rather, media productions and new communication types via computer. A charge by cartoonist Maurício Ricardo dealing with the relationship between the Lula administration and its election campaign allies (the Landless Workers’ Movement or MST and the so-called Labour Party extremists) are discussed. Research presupposes the long-lasting incompleteness of language facts in which speech is always astray towards different meanings without any commitment to literality.

## 1. Introdução

O acelerado desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente, as formas de comunicação mediadas pelo computador, têm propiciado o surgimento de novos processos de interação. Tais processos, todavia, nem sempre se apresentam de forma totalmente inédita; são, geralmente, adaptações ou reconfigurações de formas convencionais de comunicação.

No caso das chamadas charges eletrônicas, cujo principal representante no Brasil é o chargista Maurício Ricardo, residente em Uberlândia-MG, criador do site “charges.com.br”, o que pode ser percebido é que estas são produzidas com base nos mesmos objetivos das charges jornalísticas convencionais: a crítica social por intermédio do humor. O elemento determinante neste tipo de charges é a instauração de um novo suporte material<sup>2</sup> e, por conseguinte, a mudança em seu meio de circulação.

Considerando o caráter informativo e opinativo, das charges e a ampla circulação social das produções eletrônicas de Maurício Ricardo, parece-nos interessante proceder a uma análise criteriosa a respeito dos elementos que determinam a produção de sentidos dessas charges, de modo a instaurar um processo de análise discursiva desse fenômeno midiático, social e historicamente constituído. Interessa-nos, particularmente, neste trabalho, analisar o entrelaçamento entre sentido, história e memória em uma charge eletrônica que trata das novas posturas do Presidente Lula em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a partir do início do seu governo.

## 2. Perspectivas Teóricas

Conforme mencionado, este trabalho pauta-se pelos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), principalmente a partir da perspectiva de Michel Pêcheux. Procuremos, nessa perspectiva, inicialmente, delinear o conceito de interdiscurso, em sua articulação com a história e a memória, destacando a presença desse entrelaçamento nos gestos de designação. Posteriormente, procuraremos ampliar as reflexões da AD a respeito da imagem, e do humor político.

---

<sup>1</sup> amarildomagalhaes@uol.com.br

<sup>2</sup> Termo utilizado por Maingueneau (2004).

## 2.1. Discurso, Memória discursiva e designação

Para este Pêcheux (1997), o processo de produção do discurso se dá a partir de dois eixos: o da formulação (horizontal), chamado intradiscurso e o da constituição (vertical), chamado interdiscurso. Esses dois eixos guardam entre si a relação de constituição. Isto é, o fio intradiscurso é atravessado constitutivamente pelo interdiscurso, isto é, por elementos que falam em outro lugar e que nele se fazem presentes através de um processo que não é mera relação entre elementos comuns aos dois textos. Estes elementos ultrapassam o conceito de intertextualidade, pois se dão em termos de constitutividade, a partir de relações que não estão (totalmente<sup>3</sup>) ao alcance direto da consciência do sujeito.

No que tange especificamente à AD, o interdiscurso tem sido identificado como memória discursiva. A esse respeito, Pêcheux (1999, p. 52) afirma: “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição legível em relação ao próprio legível”.

É relevante destacar que a memória discursiva não pode ser vista de forma cumulativa, com em uma série matemática em que a um elemento soma-se outro, sucessivamente. O autor citado destaca que

o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sobre a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regulação anterior. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Nesse percurso teórico-metodológico a que a Análise do Discurso tem se dedicado, destaca-se a preocupação com a História. Essa historicidade distingue-se da historiografia e do sentido temporal, expandindo-se para muito além da narrativa cronológica.

Preocupada com a relação entre discurso e história, Gregolin (2000) destaca que, ao olhar para o passado, a sociedade produz duas modalidades de narrativa: a mítica e a histórica. No dizer da autora essas formas de narrar produzem três tipos de memória: a memória mítica, a memória do historiador e a memória social. Para nossos estudos interessa particularmente a memória social, a respeito do qual a autora afirma:

A memória social, inscrita nas práticas de uma sociedade, constrói-se no meio-termo entre a temporalidade do mítico e a forte cronologia do histórico; isto porque apesar de determinada pela ordem do histórico; não chega a ser como esta, uma memória construída, ordenada e sistematizada. Para enxergá-la é preciso buscar os signos de auto-compreensão da sociedade para posteriormente interpretá-la.

A posição da autora é consoante aquilo a que Pêcheux (1999) refere-se como sendo a legibilidade instaurada pelo interdiscurso, de que já falamos anteriormente, processo sobre o qual Orlandi (2004, p.70) afirma: “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer”.

Essa autora destaca ainda que essa legibilidade não é ocasionada pelo mero exercício mnemônico, mas por um gesto de interpretação. Partindo desse princípio, a mesma distingue três modalidades de repetição: a repetição empírica (mnemônica, não historicizada), a repetição formal (exercício gramatical de produzir frases, não historicizado) e a repetição histórica, definida como “a que inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo, em uma palavra: interdiscurso. [...] É assim que sentido, memória e história se intrincam na noção de interdiscurso” (ORLANDI, 2004, p. 70)

As relações interdiscursivas, foram também retomadas por Guimarães para explicar os processos que envolvem a designação. No dizer do autor (2002, p. 74): “a relação de designação é uma relação instável entre linguagem e objeto, pois o cruzamento dos discursos não é estável mas, ao contrário, exposto à diferença”.

Essa abordagem sócio-histórica dos processos de designação é também contemplada nas preocupações

---

<sup>3</sup> Nesta nossa reflexão não aprofundaremos a discussão a respeito da noção de sujeito proposta pela AD. Apesar da relevância desse conceito, sua discussão não foi incluída em nossos objetivos, além de não ser viável dentro do tempo e do espaço disponibilizados.

discursivas de Michel Pêcheux (1997, p. 160) que, negando qualquer suposição de neutralidade, enxerga em tais processos os efeitos da ideologia:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc... evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Tem-se, portanto, no conjunto dos conceitos e reflexões até aqui mobilizados, a idéia de que, a partir da materialidade da superfície lingüística, manifestam-se processos ideológicos que destituem os processos interlocutivos e intersubjetivos de qualquer ilusão de objetividade e neutralidade, revelando os processos políticos e históricos que lhe são constitutivos.

## 2.2. Discurso e Imagem

Pensada inicialmente como uma prática de análise para textos essencialmente verbais, a Análise do Discurso não desenvolveu métodos específicos para o trabalho com elementos não-verbais. Entretanto, a imagem foi contemplada nas preocupações do fundador da AD:

A questão da imagem encontra assim a análise do discurso por um outro viés: não mais a linguagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto da leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições). (PÊCHEUX, 1999, p. 55)

Essa legibilidade/ilegibilidade da imagem parece estar associada às práticas tradicionais de leitura em que o código escrito precisava apenas ser decodificado, da esquerda para a direita e de cima para baixo. Na AD, além de um conceito diferenciado de sentido que, como dissemos não é a mera soma dos morfemas, dos sintagmas e dos enunciados, quando se aborda a imagem, tem-se como desafio ao leitor o contato com um objeto discursivo que não é constituído de palavras e cuja leitura exige o desenvolvimento de outros processos.

A esse respeito, destaca Orlandi (2004, p.12):

Como os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc. A matéria significante e/ou sua a sua percepção – afeta o gesto de uma interpretação, dá uma forma a ela.

Voltando à afirmação de Pêcheux, pode-se notar que a Análise do Discurso reconhece na imagem um objeto a ser lido e sujeito às mesmas coerções do texto escrito, sendo, por isso, produzido a partir de condições sócio-históricas próprias e constituído por relações interdiscursivas. Se, no texto escrito, a linguagem não é dotada de ilusória transparência, também a imagem, sendo manifestação de uma forma-sujeito do discurso, não pode ser considerada neutra.

Podemos inclusive pensar que, em termos discursivos, a imagem envolve, assim como o texto escrito, um processo de formulação e um processo de constituição. Isto é, os traços, formas e cores são igualmente atravessados, constitutivamente, pelo interdiscurso.

Sendo assim, concordamos com Davalon, para quem a imagem funciona como um operador da memória social que, ao retratar a realidade, pode também conservar a força das relações sociais. Além disso, na visão desse autor, a imagem determina o lugar do observador e as competências necessárias a sua leitura. E conclui: “a imagem, por poder operar de acordo com olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança. Ela seria nesse momento o registro da relação intersubjetiva e social” (1999, p. 31).

Também Gregolin (2000, p. 22), enfatiza a relação entre imagem e memória social:

O poder da imagem é o de possibilitar o retorno de temas e figuras do passado, colocá-lo insistentemente na atualidade, provocar sua emergência na memória presente. A imagem traz discursos que estão em outros lugares e que voltam sob a forma de remissões, retomadas e de efeitos de paráfrases. Por estarem sujeitas aos diálogos interdiscursivos, elas

não são transparentemente legíveis, são atravessadas por falas que vêm do seu exterior – a sua colocação em discurso vem clivada de pegadas de outros discursos.

O interdiscurso aparece, portanto, da mesma maneira que no texto escrito, como elemento extremamente relevante para os efeitos de sentido produzidos por uma imagem. Também no elemento imagético operam discursos outros, pronunciados indefinidamente em outros lugares e que retornam ao discurso formulado pela imagem que o leitor tem diante de si.

Desse modo, também para a imagem não há um sentido a priori, nem se pode pensar em um estatuto de neutralidade para os elementos visuais. Também eles, como temos destacado, refletem as condições próprias de um sujeito que procura significar/interpretar a si e o mundo a partir de um código diferente da escrita com a qual estamos familiarizados, mas igualmente sujeito a deslizes e equívocos.

A imagem pode também ser abordada a partir do conceito de formação discursiva. A esse respeito, retomamos a importante afirmação de Siqueri (2005, p. 3) entre o texto imagético e o conceito de formação discursiva, referindo-se objeto de análise correlato ao nosso:

Ao concebermos a noção de formação discursiva nas caricaturas, buscamos nessa articulação um posicionamento ideológico do enunciador, verificando como o sujeito se utiliza dos recursos imagéticos caricaturais para se colocar no dizível, ou melhor, no visível. Assim, o que pode e o que deve ser “visto” em uma caricatura seria regulado por uma relação de solidariedade discursiva entre enunciador e enunciatário, em contraponto à relação de adversidade que esses sujeitos manteriam com o objeto discursivo, possibilitando, em última instância, uma formação discursiva para (des) mascarar convenções e ideais.

Assim, pensar a imagem enquanto operador da memória social, no caso específico do nosso objeto de análise, significa reconhecer que, na charge, a caricatura, decorrente de uma posição ideológica do sujeito que enuncia, associada aos demais elementos imagéticos, atua de forma a acionar a memória discursiva, presentificando para o leitor discursos, verbais ou escritos, ditos em outro lugar e que passam a significar naquela associação entre texto e imagem, conforme propõe Gregolin (2000, p. 22), através das “relações entre um *trajeto temático*, sua *materialidade textual* e os *movimentos da interpretação contemporânea* do histórico.

### 2.3. Discurso Político e Humor

A maior aproximação entre mídia e política que vem ocorrendo em nível mundial e caracterizada com muita propriedade por Courtine (2003) aumenta em muito a possibilidade de atuação daqueles que produzem o chamado humor político

No caso específico das charges eletrônicas que pretendemos analisar, temos notado o uso de um recurso recorrente na política midiaticizada: a derrisão, fenômeno que, conforme Bonnafous (2003, p. 35) consiste na “associação do humor e da agressão que a caracteriza e a distingue, em princípio da pura injúria”. Isto é a derrisão, critica, ofende, denuncia, ao mesmo tempo em que faz rir. Por sua vez Baronas (2005, p. 106) define como “uma espécie de ‘amabilidade verbal’ violenta que por produzir o riso foge das sanções negativas da legislação e, principalmente da opinião pública”.

Por meio da derrisão, o chargista instaura um procedimento discursivo que, de certa forma, serve como catarse para o grande público. Isto é, ocorre uma transferência, para o personagem da charge, que, ao ser ridicularizado, agredido pelo humor, acaba suprimindo o desejo da população em manifestar o seu desapontamento com relação ao político que está sendo alvo da mesma. Ao mesmo tempo, o procedimento derrisório acaba por eximir o chargista das implicações jurídicas relativas aos crimes de calúnia ou difamação. Isso se dá, principalmente, pela instauração de um jogo assim desvelado por Mercier (2001) *apud* Baronas (2005, p. 106): “se a ‘vítima’ da zombaria não achar graça, se ela recusa captar a gozação, de reconhecer as regras do jogo, será acusada de não ter senso de humor”.

Ocorre, portanto, uma relação de identidade<sup>4</sup> entre o chargista e o leitor/espectador, pois, colocando-se o produtor da charge no mesmo lugar de um indivíduo comum, semelhante ao seu interlocutor, é como se a “vingança” da população se desse de forma mais plena.

---

<sup>4</sup> Essa relação de identidade do sujeito que enuncia e o seu interlocutor é explicada por Maingueneau (2005) a partir do conceito de “*ethos*” (discursivo e pré-discursivo). De igual forma, Haddad (2005), fala em “*ethos prévio*” e “*ethos discursivo*”.

Pensando em nosso objeto de análise, pode-se dizer que a primeira marca da derrisão em uma charge eletrônica é a própria caricatura que se faz da personalidade chargeada. Isto porque a caricatura carrega o tom exatamente naqueles pontos que, em tese, seriam menos agradáveis para a personalidade retratada, principalmente com relação a detalhes indiscretos de sua estrutura física ou aparência, incluindo-se aí o modo como a pessoa costuma se vestir.

Secundariamente, mas de igual importância, a derrisão se materializa no texto que compõe a charge. Isto é, destinado a provocar o riso, em associação com a imagem, o elemento verbal da charge procurará sempre fazer referência a situações em que as atitudes e o dizer do personagem em questão, muitas vezes pelo recurso ao exagero, pareçam absurdamente ridículas. No âmbito das charges eletrônicas que analisamos neste trabalho, o uso de paródias musicais acentua ainda mais o efeito derrisório, principalmente quando o aspecto ridículo ou irônico da personalidade retratada soma-se a excentricidades do cantor cuja música foi parodiada.

### 3. Exercício de Análise

Como forma de materializar as perspectivas teóricas que postulamos, analisaremos uma charge eletrônica que se refere a dois grupos historicamente ligados a Lula e ao PT: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), de modo mais enfático, e os chamados “radicais” do PT, mencionados ao final da animação.

A charge selecionada pertence à categoria de charge-okê, isto é, aquelas em que os personagens interpretam uma paródia musical a partir da qual a crítica é tecida, em analogia aos videokês<sup>5</sup> Foi publicada no site “charges.com.br” em 16 de julho de 2003 e envolve uma paródia da música “Marvada Pinga”, interpretada Inezita Barroso.

Devemos, de antemão, destacar o efeito do pré-construído propiciado pela uso da referida música em relação ao estereótipo que se faz do sujeito sem-terra em nossa sociedade, profundamente marcado pela ideologia capitalista e historicamente assinalado pelo latifúndio. Dessa forma, mesmo não se utilizando da letra original, o uso da melodia pelo autor das charges, aciona uma rede de discursos a respeito da índole dos integrantes do movimento, principalmente em uma alusão a possíveis hábitos de alcoolismo, em função de sua situação presumida de “desocupados”.

Em termos de imagem, a animação se desenvolve a partir de um único quadro, em que se pode ver dois homens cujo boné indica seu pertencimento ao MST. Remetendo-nos a alguns elementos das condições imediatas de produção da charge, o uso do boné, embora seja comum entre os militantes do MST inclusive por sua exposição ao sol nos acampamentos, presentifica a polêmica a respeito do boné do MST que o Presidente Lula colocou na sua cabeça ao final de uma audiência no Planalto do Planalto, sendo, *a posteriori*, amplamente criticado.

Além disso, a caracterização da dupla, com barba, presentifica a imagem de líderes e militantes de esquerda cuja fisionomia remete a Lula e Fidel Castro. Vale inclusive recordar que, na campanha presidencial de 1989, o então candidato Lula foi pejorativamente designado de “sapo barbudo” (MARKUN, 2004). Ainda com relação à aparência física dos personagens a sua pele bastante clara lhes permite serem associados aos colonos descendentes de imigrantes do extremo sul do Brasil, onde o movimento tem suas principais bases e de onde partem muitos militantes para conduzir a articulação do movimento em todo o território nacional. A ascendência européia é ainda mais marcada no personagem da direita em função da cor dos cabelos e da barba e dos olhos azuis.

---

<sup>5</sup> Nas primeiras produções de Maurício Ricardo era comum o personagem caricaturado aparecer segurando um microfone, simulando estar diante de um aparelho de videokê.



Quadro principal da charge (QUIRINO, 2003)

Quanto à forma física há um contraste notório entre os dois personagens, um alto e magro, e o outro de baixa estatura e gordo. Tal contraste, bastante comum nas duplas sertanejas tradicionais, aciona interdiscurso a respeito das condições de vida dos militantes do MST, principalmente quanto aos seus hábitos alimentares. Nesse sentido a magreza poderia ser associada à desnutrição, ao passo que a suposta obesidade poderia ser decorrente de uma alimentação desequilibrada ou ainda alguma verminose tropical que tenha feito o ventre do personagem crescer. Há ainda que se reconhecer, a semelhança física entre os personagens das charges e os militantes José Rainha Júnior e João Pedro Stédile, líderes do MST, o que constituiria um gesto de derrisão pela caricatura. Este fato é silenciado pelo chargista que assim intitulou a charge: Militantes do MST cantam “Marvada Pinga”.

Cada um dos personagens traz nas mãos um violão que, além de ser utilizado para executar a canção que interpretam, traz a estampa de símbolos da ideologia dos movimentos sociais de esquerda: a foice e o martelo entrecruzados, símbolo do comunismo e a face de Ernesto “Che” Guevara, líder revolucionário latino-americano. Tais imagens presentificam, os discursos relacionados à ideologia marxista e, ao mesmo tempo, os discursos anti-marxistas ou anti-comunistas, em que tais idéias soam como heréticas e como uma ameaça aos direitos historicamente adquiridos pelos detentores do poder político e econômico, entre eles os grandes proprietários de terra. A imagem dos violões pode ainda presentificar a metáfora da cigarra e da formiga, respectivamente associadas por Esopo e La Fontaine ao ócio e ao trabalho. Essa relação reforça a presença de discursos segundos os quais na sociedade existem os que trabalham (formiga) para sustentar os que não trabalham (cigarras), estes últimos representados pelo integrantes do MST. Vale destacar que uma paródia da fábula supracitada circulou, via internet, nos primeiro ano do Governo Lula, dando a entender que as cigarras é que levariam vantagem no governo que se iniciava<sup>6</sup>.

Próximo aos dois militantes, vê-se uma cerca de arame farpado com os fios cortados. A imagem do arame farpado é portadora de vários discursos a respeito da defesa violenta de um território, já que esse tipo de arame serve igualmente para proteger e ferir, sendo comumente utilizado nas trincheiras de guerra, rememorando a suposta guerra que se estaria travando no campo entre sem-terra e latifundiários. O fato de os fios estarem cortados assinala que alguém avançou por sobre a cerca rompendo-a, o que simbolizaria, na imagem, a violação da propriedade privada, pondo em confronto, por meio da memória discursiva, discursos representativos de diversas posições, que oscilam entre a defesa do “sagrado” direito à propriedade e o “sagrado” direito de utilizar coletivamente a terra para dela retirar o alimento.

Ao fundo, pode-se ver as barracas de lona preta que constituiriam o acampamento em que residem os dois militantes. Devemos destacar no acampamento a presença de uma bandeira do movimento, no topo de um mastro de madeira. Embora não seja a representação fiel do estandarte do movimento, com o qual mantém em comum apenas a cor vermelha (a mesma cor da bandeira do PT), a presença da bandeira hasteada produz um deslocamento em relação ao que se costuma ver no território brasileiro: a bandeira nacional em destaque no alto de um mastro. Esse deslocamento, além de repetir uma cena comum nos acampamentos, assentamentos e instituições ligados ao MST, recupera uma série de discursos a respeito da ameaça comunista que, além de violar a propriedade privada, substituiria o pavilhão verde e amarelo pela

<sup>6</sup> Esta paródia é por nós analisada em trabalho intitulado “Entre insetos e discursos: a versão brasileira de um clássico de La Fontaine”, publicado nos Anais do II Encontro Científico do Curso de Letras: O desafio das Letras, promovido pela Faculdade Paranaense, em Rolândia-PR, em junho de 2004.

bandeira vermelha com a foice e o martelo, discursos estes muito presentes, inclusive, nas insinuações a respeito de Lula em sua primeira campanha presidencial.

Aproximando-nos um pouco mais dos elementos verbais da charge eletrônica em questão, devemos apontar a presença de um tipo específico de paródia, conforme Orlandi (2004), em que o gesto de “pôr ao lado”, implica pôr em relação o jogo de indentidades entre o sujeito e a língua nacional. A esse respeito a autora afirma:

Há migração dos sentidos postos aí em relação à sua identidade, que se deslocam para outros objetos simbólicos (como a música, por exemplo, ou o xamanismo, etc) ou para um discurso em que os traços de relação com a língua irrompem na discursividade, transformando-a. Esse lugares onde irrompe a historicidade lingüística são pontos onde gestos de interpretação trabalham a deriva, o deslocamento, o equívoco, constitutivos dos (outros) sentidos e dos (outros) sujeitos. (ORLANDI, 2004, p. 129)

Essa forma de paródia que põe em relação a identidade e a língua ocorre na charge em questão por meio da formulação do texto parodístico a partir das marcas lingüísticas do dialeto caipira, em relação ao qual, historicamente, tem sido construída uma visão preconceituosa.

Assumindo a perspectiva teórica de Orlandi (2004), podemos afirmar que a presença desse dialeto no nível de formulação da paródia rememora os dizeres a respeito da visão preconceituosa de que seus falantes têm sido alvo ao longo de nossa história. Ao mesmo tempo, presentifica o estereótipo do caipira brasileiro cuja representação mais recorrente seria a do Jeca Tatu de Monteiro Lobato (1972), caracterizado como preguiçoso, doente e ignorante.

Em se tratando do MST, porém, há um deslocamento constitutivo em relação a esse estereótipo: embora possa compartilhar com o Jeca Tatu a pouca instrução e até algumas doenças, diferencia-se por seu discurso e atitudes revolucionárias, o que torna presente outras redes de sentido em que circulam discursos distintos a respeito desses “caipiras”, de um lado o dizer a respeito dos líderes, tidos como guerrilheiros, comunistas e o que se diz dos militantes, considerados como massa de manobra, ignorantes, bem mais próximos de Jeca Tatu.

O caráter preguiçoso do caipira, presenciado na charge em função dialeto em que se estrutura a paródia, é também atribuído ao sujeito sem-terra através de discursos que podem ser parafraseados em torno da questão da propriedade da terra. Nesses discursos, são recorrentes as afirmações de que os militantes do MST não têm o direito de invadir propriedades adquiridas e consolidadas pelo trabalho de seus legítimos proprietários. Tais discursos funcionam a partir de sentidos cristalizados pela sociedade capitalista, como a inalienabilidade do direito de propriedade, não sendo admissível, portanto, que um sem-terra (preguiçoso) possa, em nome da reforma agrária, invadir e tomar posse de um empreendimento que já se encontra pronto. Nessa lógica, o correto seria que o trabalhador sem-terra, deixasse a preguiça de lado e começasse “do zero” o trabalho em outras terras, de preferência que não tenham donos.

O uso do dialeto caipira, portanto, não cumpre apenas a função de aprimorar a caracterização dos personagens já que, em termos de cobertura midiática, os sem-terra mais famosos, seriam os da região do Pontal do Paranapanema, no interior do Estado de São Paulo, mas também, a partir de relações interdiscursivas, põe em confronto as relações entre sujeitos, língua e sociedade.

Feitas essas reflexões a respeito dos efeitos de sentido decorrentes do uso do dialeto caipira na paródia em questão, continuaremos a sua análise, tomando por base sua segmentação em seqüências discursivas (SD).

Na SD1 (Companheiro Lula já foi irmão), temos a oposição discursiva entre dois gestos de designação: companheiro e irmão. Nessa perspectiva, acionam-se as relações interdiscursivas a respeito da nova relação estabelecida entre Lula e o MST, após sua posse como Presidente da República. Enquanto companheiro está relacionado ao discurso da esquerda, em que aqueles que partilham dos mesmos ideais e interesses tratam-se mutuamente de companheiros, a designação irmão envolve uma memória discursiva a respeito de relações muito mais fortes, que ultrapassariam o plano político-ideológico, alcançando o nível metafísico, inscrevendo-se em uma FD religiosa em que é comum o tratamento mútuo de “irmão”. Ainda com relação ao discurso religioso, deve-se considerar também a forte presença dos movimentos religiosos da chamada linha progressistas, principalmente a “Teologia da Libertação”, na formação do PT.

Sendo assim, deixar de ser irmão aciona uma rede interdiscursiva a respeito do afastamento de Lula em relação ao MST, aliado histórico do PT, metaforizado pela imagem de alguém que vira as costas para os seus irmãos. Nesse sentido é preciso lembrar que em algumas denominações cristãs, o tratamento “irmão” é negado àqueles que se afastam ou são afastados da entidade religiosa. Apesar desse rompimento ainda não ser total, Lula ainda é tido como companheiro, representando um deslocamento significativo nessa relação, já

que, em termos de sentimentos, a ingratidão de um irmão doeria muito mais que a de um companheiro. Em termos parafrásticos, podemos também estabelecer um relação de gradação segundo a qual aquele que era irmão tornou-se apenas companheiro, de forma metafórica, a passagem do quente para o morno. Gradação mais uma vez atravessada pela FD religiosa (cristã) que refuta, conforme o livro bíblico do Apocalipse, as atitudes mornas: “antes fosses frio ou quente”.

Por sua vez, a SD2 (Ele apoiava as invasão, Ia com nós pra riba dos caminhão, Dizia que nós tava com a razão), apresenta ao nível da formulação, as ações praticadas pelo companheiro Lula quando ainda era considerado irmão. A partir dessa enumeração das ações, aciona-se o interdiscurso a respeito da relação de identidade de apoio mútuo entre Lula e MST, segundo os quais Lula compactuava com as ações do MST, ao mesmo tempo em que o MST engajava-se nas lutas do PT, principalmente nos esforços em favor da eleição de Lula. Entretanto esse rememorar, assinalado no fio intradiscursivo pelo uso dos verbos no pretérito imperfeito, já é constituído, atravessado, por novos discursos que falam de uma relação diferente entre os militantes do movimento e o companheiro que chegara ao Palácio do Planalto.

Já a SD3 (Mas isso foi só lá antes da eleição) traz para o nível do intradiscorso a menção ao fato que assinala a mudança das atitudes daquele que já foi irmão: a sua eleição para a Presidência da República. Essa referência, além de assinalar a mudança nas relações discursivas, das quais falaremos a seguir, presentifica o interdiscurso a respeito de uma pretensa ingratidão por parte dos personagens da política que, após a eleição costumam se esquecer daqueles que o ajudaram a eleger, governando segundo seus próprios interesses, lembrando-se da massa de eleitores apenas quando se aproxima da eleição seguinte.

De outro modo, através de um gesto de deslocamento, pode-se também pensar no discurso daqueles que se aliam a grupos políticos, esperando ser beneficiados após a eleição, e têm suas esperanças frustradas por aquele que consegue chegar ao poder e procura desvincular-se de antigos e inconvenientes aliados.

Já a SD4 (Oi lá!), reconstrói uma interjeição típica da chamada música sertaneja de raiz, presente inclusive na canção “original” interpretada por Inezita Barroso. O uso dessa interjeição, todavia, no âmbito da paródia, opera igualmente com a memória a respeito do sujeito caipira a que, a partir de certos deslocamentos, é associado o sujeito militante do MST.

Das lembranças dos discursos do passado passa-se, na SD5 (Hoje “nóis invade” ele vem “reclamando”, dizia que “nóis adevia de tá” esperando...), para a menção à nova relação de que falamos há pouco. Nessa perspectiva, essa mudança temática do passado para o presente é intradiscursivamente assinalada pelo advérbio “Hoje”. A esta altura os discursos a respeito dos desencontros entre Lula e o MST já haviam se tornado mais intensos.

Voltando as condições de produção, deve-se mencionar os discursos em torno do pedido de paciência de Lula e a impaciência do MST com relação ao ritmo da reforma agrária. Nessa rede interdiscursiva emergem os dizeres a respeito da esperança por parte de Lula e de seus colaboradores quanto a uma espécie de trégua do MST em relação às ocupações de novas áreas, o que acabou não acontecendo, gerando queixas do Presidente da República. Nesse aspecto, as queixas do Presidente mencionadas na paródia, remetem ao interdiscurso relativo ao estranhamento do MST que, em lugar do apoio costumeiro, recebe críticas do companheiro Lula. Esses discursos apontam, portanto, para o deslocamento das posições de Lula e do MST. Enquanto o líder petista assume o lugar de Presidente, inscrevendo-se na FD do sujeito de direito, a quem cabe defender a lei e a ordem, o MST, permanece em sua posição de movimento social de esquerda, com o diferencial de pertencer ao grupo que ajudou a eleger um Presidente que, ao contrário do que pensavam os militantes, não governa só para um grupo, o que propicia o interdiscurso da ética e da universalidade a respeito do compromisso do Presidente em governar democraticamente, em favor de todos os brasileiros.

Dando prosseguimento às queixas da dupla do MST em relação ao ex-irmão, a SD6 (Acusa “nóis” de “tá” radicalizando) procede à inscrição dos personagens em uma FD jurídica, marcada pelo verbo acusar (acusa). Nessa perspectiva, a acusação, enquanto efeito de sentido, funciona como ofensa, já que, da posição do sujeito que milita no MST, as atitudes do movimento continuam as mesmas que, anteriormente, eram praticadas com o apoio de Lula. Esse sentimento de ser acusado reforça o interdiscurso do deslocamento de posições entre Lula e o MST, deslocamento que gera também o efeito de contradição visto que os militantes do MST são acusados de radicais. Essa designação poderia não causar maiores controvérsias se pronunciada por um político de direita já que, a partir de uma FD de direita, grande parte das iniciativas dos movimentos sociais de esquerda parecem naturalmente radicais. Todavia, essa designação, ao ser enunciada por Lula, aponta para a sua inscrição em uma FD de direita, o que faz com que esse deslocamento da posição de sujeito do companheiro Lula em relação ao Presidente Lula, acabe por ser associado ao interdiscurso da traição aos princípios ideológicos.

Por sua vez, a SD7 (Põe nosso boné, mas acaba tirando!), rememora um fato inerente às condições imediatas de produção da charge eletrônica em questão, o conhecido episódio em que Lula colocou na

cabeça o boné do MST, em julho de 2003. A referência a esse episódio presentifica o interdiscurso a respeito da atitude do Presidente, principalmente aqueles discursos relacionados aos setores da sociedade contrários ao MST e que formularam duras críticas ao Presidente Lula, cuja posição exigiria a interdição de qualquer tomada de posição em relação aos controvertidos interesses que se encontram em jogo nos conflitos agrários do país. Todavia, na paródia em questão, o uso da adversativa “mas” enfraquece a menção ao gesto de Lula em colocar boné, já que acabou tirando. Por via parafrástica, essa SD poderia ser formulada como: “mesmo colocando o nosso boné, Lula não nos oferece mais o seu apoio, ou o mesmo apoio de antes”, diminuindo assim a importância do gesto e presentificando o interdiscurso a respeito da mudança de posição do Presidente e a sua suposta “traição” ao movimento, já que o descontentamento das chamadas “elites”, nas circunstâncias atuais, incomodaria o companheiro Presidente.

Nessa perspectiva, a SD8 (“Tá” tudo “iguarzim” nos “tempo” do Fernando), último verso da segunda estrofe da paródia, representa a síntese da situação atual do MST, a partir da posição dos militantes representados na charge, em relação ao governo federal: nada mudou com relação à situação vivida no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa afirmação presentifica a rede interdiscursiva a respeito da animosidade entre o MST e Fernando Henrique, que certa vez teve a fazenda ocupada pelos sem-terra. Em termos interdiscursivos, fazem-se presentes os discursos a respeito da posição capitalista e neoliberal do governo do PSDB, razão das atitudes nada amistosas com relação ao MST durante os oito anos do governo de Fernando Henrique. Essa mesma rede interdiscursiva é agora deslocada para as relações do MST e o governo do PT, partido ao qual sempre esteve aliado, levando à conclusão de que, no âmbito da luta pela terra, não há diferenças significativas entre o governo do PSDB, representante das “elites” e o governo do PT, representante dos trabalhadores.

Abrindo a última estrofe da paródia, a SD9 (Eu não vou negar “nóis” é radical), apresenta os próprios militantes do MST se autodenominando como “radical”. Essa designação apresenta um deslocamento de sentidos em relação a esse vocábulo em comparação com a estrofe anterior, quando o ser chamado de radical pelo presidente produzia um efeito de sentido de ofensa, por manifestar um FD exterior ao movimento. Já na SD9, a partir de uma FD interior ao movimento, isto é, autodesignar-se ou designar os seus iguais como radicais pode soar até como elogio, o que não é permitido a um sujeito que esteja fora do movimento, posição em que é colocado o sujeito Presidente da República, ou alguém que já esteve dentro do movimento e agora o vê “de fora”.

Antes de passarmos à próxima SD, cabe-nos destacar o uso do vocábulo “invadir” (invasão, invade) nas duas estrofes já analisadas. O uso de invadir ou seus cognatos assinala a inscrição do discurso em uma FD capitalista, segundo a qual a terra teria um proprietário cujo direito de posse seria violado pelo ato de invasão dos militantes do movimento dos sem-terra. O uso de invadir silencia um outro sentido, associado ao vocábulo ocupar. Esse termo, filiado a uma FD socialista, instaura uma outra relação de sentidos, segundo a qual a terra seria um bem coletivo a ser ocupado por aqueles que desejam fazê-la produzir alimentos para a subsistência do grupo. Considerando que, segundo a AD, as palavras são sempre pontos de deriva para outros sentidos, sem relação obrigatória de literalidade e que o equívoco é capaz de revelar uma posição ideológica do sujeito, o uso do verbo invadir na charge, pode revelar a inscrição do autor das animações em uma FD capitalista.

Por sua vez, a SD10 (se num dé as terra nós vai pro pau), relaciona-se ao interdiscurso da violência que caracteriza MST, materializado no intradiscurso pela oração condicional e pela expressão vulgar nós vai pro pau, que metaforiza a luta armada de que esse movimento, muitas vezes, lança mão em suas manifestações, principalmente na ocupação das terras. Esse uso da violência, recuperado por meio do interdiscurso presentifica também a pressão exercida pelo movimento junto à sociedade, acenando com a violência, sempre que suas reivindicações por reforma agrária não forem satisfatoriamente atendidas, acionando discursos a respeito de um suposto poder paralelo constituído pelo MST.

Na SD11 (nóis gosta do Che, do camarada Mao), a menção aos líderes socialistas Ernesto Che Guevara (já lembrado no violão de um dos personagens) e Mão-Tse-Tung, recupera os supostos líderes político-ideológicos do MST e, por via interdiscursiva, presentifica os discursos a respeito da ameaça que o movimento representa enquanto agremiação comunista e, com isso, os discursos já mencionados, a respeito dos riscos de um governo comunista. Essa ameaça se torna possível a partir da cristalização de sentidos decorrentes de uma FD capitalista dominante, que naturaliza sentidos referentes à economia de mercado, o agronegócio, a propriedade privada e silencia outros sentidos que historicamente questionam essa neutralidade.

Na continuidade, a SD12 (pro PT inteiro isso era normal, hoje só o Babá acho “nóis” legal) recupera a rede interdiscursiva a respeito da relação do MST com os radicais do PT e o tratamento dessa tendência no interior do próprio partido. Em termos de constituição, essa SD é atravessada pelos discursos a respeito da

mudança de postura do PT, a partir da campanha presidencial de 2002, mudança que não foi assumida pelo MST nem pelo grupo designado como os “radicais” do Partido, entre os quais se destacaram Babá(mencionado), Heloísa Helena e Luciana Genro. Assim como o movimento, esses petistas teriam relações históricas com uma postura ideológica de extrema esquerda simbolizada por Mao e Guevara. Deve-se perceber, nesse âmbito, a presença do interdiscurso a respeito da normalidade, que separa o que é normal e o que deve ser considerado anormal. A SD aponta, desse modo, um deslocamento do sujeito sem-terra representado na charge que, mediante a nova postura de Lula, muito mais moderada que no passado, perde a noção de normalidade já que não partilha das mesmas referências ideológicas que o governo do PT, cujas supostas novas referências não podem ser recuperadas mas, considerada a relação intradiscursiva com a SD8, seriam, em tese, as mesmas de Fernando Henrique Cardoso e do PSDB.

Ainda com relação a essa SD, a expressão “PT inteiro” aciona a memória discursiva a respeito da divisão instaurada no partido a partir da posse de Lula, momento em que a grande maioria dos dirigentes do Partido adere à postura moderada, distanciando-se e entrando em choque com as chamadas tendências nas quais a imagem dos grandes nomes do socialismo permanecia ainda muito forte. Não estando mais em relação de identidade com o PT inteiro, o MST, conforme o fio intradiscursivo da SD, manteria ainda um sentimento de pertença recíproca com os chamados radicais do PT, representados pelo Deputado João Batista Araújo, o Babá, do Estado do Pará.

#### 4. Considerações Finais

A análise do objeto discursivo em questão manifesta um movimento historicizado de tensão entre passado e presente, entre as atitudes do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e aos radicais, hoje expulsos, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Atravessada pela historicidade constitutiva do discurso, a charge analisada envolve efeitos de sentido que não decorrem exclusivamente daquilo que se vê, ouve ou lê, mas que derivam de dizeres outros, deslocados e ressignificados no fio intradiscursivo, presentificando fatos e discursos que se deram em outras instâncias e que produzem sentidos que vão além da literalidade do dizer.

Na tensão entre passado e presente, a charge, por meio do interdiscurso, retoma os discursos a respeito da radicalidade que caracteriza os movimentos sociais, a partir de uma FD com a qual o então candidato Lula também se identificava e que passa a afastar-se a partir da campanha presidencial de 2002, posição mantida após a sua posse em janeiro de 2003 e que contrasta com o discurso dos movimentos sociais, especificamente o MST, que manteve as suas posições historicamente construídas, mantendo relação de aproximação com os chamados “radicais” do PT, de quem o próprio partido viria a se desfazer pouco tempo depois.

O dizer da charge aparece ainda atravessado pelo episódio em que, ao receber os líderes do MST no Palácio do Planalto, o Presidente da República pusera o boné do referido movimento. Esse fato é deslocado no âmbito da charge que, guiando-se pelo discurso da traição, afirma que Lula pôs o boné, mas tirou. O discurso da traição, chega, inclusive a aproximar-se do discurso religiosos, quando da distinção entre “companheiro” e “irmão”.

Merece igual destaque o importante papel da imagem como operador da memória social, responsável pela recuperação de discursos que, embora não formulados, determinam os efeitos de sentido do objeto discursivo. Assim, texto e imagem não podem ser dissociados em uma abordagem discursiva da charge, pois juntos, no nível da formulação, constituem os pontos de deriva para a constituição dos sentidos. Vale ressaltar a força da imagem enquanto elemento que presentifica toda uma rede de discursos a respeito do MST e dos conflitos pela posse da terra, que são acionados antes mesmo de se iniciar a execução da paródia e que permanecem em evidência ao longo de toda a charge, entrelaçando-se ao texto verbal.

Reiterando o trajeto que relatamos até aqui, podemos afirmar, que os efeitos de sentido das charges eletrônicas se dão a partir da relação entre as suas condições imediatas de produção (historicidade) e o interdiscurso (memória discursiva) que, enquanto elementos constitutivos, atravessam o objeto discursivo em seu nível de formulação de natureza verbo-visual. Nesse sentido, texto e imagem são pontos de deriva para a produção de novos sentidos, a partir da posição ideológica de um sujeito que desenvolve uma crítica que provoca riso, sem abrir mão do aumento da visibilidade do site, em função das coerções da mídia capitalista.

## 5. Referências bibliográficas

- BARONAS, R. L. Derrisão: um caso de heterogeneidade dissimulada. *Polifonia*. Cuiabá, n. 10, p. 99-111, 2005.
- BONNAFOUS, S. Sobre o bom uso da derrisão em J. M. Le Pen. In: GREGOLIN, M.R. et al (org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- COURTINE, J.J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M.R. et al (org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- DAVALON, J. A imagem, uma arte da memória? In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. (Trad. José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999.
- GREGOLIN, M. R. Recitação de mitos: a história nas lentes da mídia. In: GREGOLIN, M.R (org.) *Filigranas do discurso: as vozes da história*. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2000.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo históricos e enunciativo da linguagem*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2002.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. (Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha). 3ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MARKUN, P. *O sapo e o príncipe: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MONTEIRO LOBATO, J. B. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- ORLANDI, E.P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al). 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Papel da Memória*. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. (Trad. José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999.
- QUIRINO, M.R. Militantes do Movimento dos Sem-Terra: Marvada Pinga. *Charges.com.br*. 2003e. Disponível em <<http://charges.uol.com.br/vercharge.php?idcharge=1607&modo=som>>. Acesso em 16.jul.2003.
- SIQUERI, M. Formação Discursiva e texto imagético: possibilidades. *II Sead*. Porto Alegre, 2005. Disponível em <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/marcelosiqueri.pdf>>. Acesso em 14.jan.2006.